

As crises e o poder

Editorial

CARLOS CHAGAS

Uma especulação, uma previsão ou um temor? Tanto faz. A registrar está que o governo José Sarney, temendo, prevendo ou especulando, encontra-se às voltas com a sombra da perda do poder. Na reunião do Conselho Político, terça-feira, o tema foi mencionado, mas onde ele mais circula é nas conversas informais dos assessores do presidente da República: se não forem tomadas medidas capazes de provocar efeitos imediatos no plano econômico e no plano social, minorando a crise, crescerá o risco de o País se dividir de alto a baixo, no ano que vem. Até, será o diabo, na movimentação pela campanha eleitoral e, quando se reunir a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, ela fará o que quiser. Poderá, mesmo, antecipar para aquele ano as eleições presidenciais.

Que a Constituinte deterá poderes ilimitados, é teoria aceita por todos, decorrente da doutrina jurídica. Mesmo essa singular Constituinte convocada a prazo fixo, para resolver amanhã o que deveria ter sido resolvido ontem. Na prática, porém, ainda existe o consenso de que esses poderes deverão ser ilimitados, mas mais ou menos, ou seja, não reduzirão a menos de quatro anos o atual período presidencial, não mudarão o presidencialismo, não atingirão as bases do sistema capitalista e não tocarão em instituições como as Forças Armadas. Entre outras coisas.

O problema é que, sem atingir fundo certos impasses da atualidade, como o nó econômico e as agruras sociais, resolvendo em prazo razoável as questões inflacionária, do crescimento, das dívidas externa e interna e do desemprego, por exemplo, a administração José Sarney não conseguirá evitar o acirramento dos ânimos na campanha para as eleições gerais de 1986. Fatalmente

surgirão messias e salvadores da Pátria, do tipo Leonel Brizola ou Jânio Quadros, bem como, ideologicamente, afirmar-se-ão os contrários. O centro democrático perderá espaços e a retaliação alcançará níveis poucas vezes registrados. Tudo isso desembocará na Assembleia Nacional Constituinte, e, a partir daí, poderá ser um Deus nos acuda. Um salto no escuro.

A antecipação das eleições presidenciais situa-se na esfera de poder teórico dos constituintes, ainda que, até agora, contrarie a estratégia da Aliança Democrática e dos principais segmentos representativos do meio social. Convencionou-se por isso, sem nenhum acordo escrito ou reunião específica, que o mandato de José Sarney deverá ser de quatro anos, opinião manifestada por ele em diversas oportunidades.

No entanto, indefinições, mal-gos, confronto e falta de resultados concretos na ação governamental poderão mudar o quadro. Porque tentações sempre existirão. No próprio PMDB, Franco Montoro e Ulysses Guimarães seriam imediatamente beneficiários, já que o maior obstáculo a separá-los da candidatura presidencial é o da idade. Ganhariam um ano precioso se tivessem de fazer campanha e disputar a convenção partidária e as eleições ainda em 1987. A Frente Liberal não fica atrás, mas por outros motivos: ela não deslanhou. Possui número invulgar de oficiais, mas poucos soldados, e, a continuar o processo como vai, o péndulo não mudará. Seus principais líderes, Aureliano Chaves e Marco Maciel, desgastam-se em funções de governo, perdem espaço e poderão, num determinado momento, entender que a recuperação estará numa campanha presidencial antecipada, qualquer que venha a ser o candidato. O PDS não tem nada a perder, pois perdeu tudo, e não ficará contra a idéia. Pelo con-

trário, na medida em que ela contribua para virar a mesa partidária de pernas para o ar, os pedestristas estarão a favor.

Nos partidos menores, pior ainda. Leonel Brizola cresce com as eleições de prefeito, este ano, e as divisões partidárias delas decorrentes. Abre ainda mais os braços pensando nas eleições do ano que vem e em sua cadeira de constituinte, em 1987, quando buscaria liderar a proposta de antecipação. Despertará logo os seus contrários, se ainda não despertou, aparentemente representados por Jânio Quadros.

Individualmente, assim, os possíveis candidatos à sucessão só teriam a ganhar com a realização de eleições presidenciais antes da hora estabelecida pelo consenso. Diante de um sentimento generalizado de frustração nacional, docemente constrangidos ou não, embarcariam na canoa.

Essa perspectiva, o Palácio do Planalto pressente e examina. Cuida de evitar, mas a única forma real passa por imediata e razoável performance do Ministério. A pretendida unidade para a política econômica, responsável pela defenestrado do ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, constitui passo ostensivo nesse rumo. Os discursos e as declarações do novo ministro, Dílson Fúaro, não exprimem outra coisa. Na próxima reunião do Ministério, em princípios de setembro, o presidente Sarney aproveitará para acentuar a necessidade de resultados. Não em função da preservação de seu mandato durante quatro anos, é evidente. Ele está empenhado em mudar estruturas e em promover iniciativas que devolvam a tranquilidade e a melhoria das condições de vida da população. Quer cumprir bem o seu mandato. Só que se não conseguir efeito em prazo razoável, ver-se-á envolto na maior das confusões, tornando-se a primeira vítima delas.